

XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara, 2007.

Pedagogia de Precarizaçãõ.

Bernardo Correa.

Cita:

Bernardo Correa (2007). *Pedagogia de Precarizaçãõ. XXVI Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. Asociación Latinoamericana de Sociología, Guadalajara.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-066/1275>

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Faculdade de Ciências Sociais

Pedagogia da Precarização
O lugar dos Estágios na Reestruturação Produtiva

Bernardo Corrêa e Estevan Campos

Porto Alegre, novembro de 2006.

Trabalho Morto

*Cérebros, nervos e músculos...
Meu corpo explode em coisas que não sou eu.*

*Os seres humanos fazem coisas maravilhosas
Que os transformam em coisas terríveis.*

*M – D – M
Disse – Me – Deus
D – M – D
E Deus não mais existe
O diabo expulso do céu... resiste.
D – M – D'
E as coisas caminham com seus pés
Suas almas cheiram a sangue
Quando se vendem em cada esquina.*

*Saíram de mim por cada poro
Fugiram de mim pelo cansaço
Romperam meu corpo de carne
Fluido de óleo... pele de aço.*

*Ganham vida roubando a minha.
Assumem porque abdico
Falam porque me calo
Fetichizam porque reifico.*

*Sou eu que me olho na coisa
Já fui ela, mas me esqueço.
É a vida que olho no corpo da coisa,
Mas, morto... não reconheço.*

Mauro Iasi

SUMÁRIO

	P.
1 INTRODUÇÃO.....	04
2 PROBLEMA	
3 HIPÓTESE	06
4 OBJETIVOS	
4.1 Objetivo Geral	
4.2 Objetivos Específicos	07
5. REFERENCIAL TEÓRICO	
Das dimensões objetivas e subjetivas de nosso tempo.....	08
5.1 Dimensões Objetivas:	
O capital, sua crise e sua incontrolabilidade	09
5.2 Imigração X Globalização	12
5.3 A juventude francesa contra a precarização do trabalho	14
5.4 Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva	17
5.5 Reestruturação produtiva:	
A resposta fenomênica à crise do capital.....	19
6. Dimensões Subjetivas	
6.1 O Toyotismo como “momento predominante” do complexo da reestruturação	22
6.2 Sociologia do Trabalho X Sociologia do Capital	24
7. JUSTIFICATIVA.....	25
8. METODOLOGIA	
8.1 Metodologia utilizada	26
9. ANÁLISE DOS DADOS	
9.1 O mercado de trabalho e a situação do Jovem no Brasil	27
9.2 O caso dos estágios	29
9.3 A Precarização do trabalho juvenil promovida pelo Estado.	
Análise sobre as diretrizes internacionais e as medidas governamentais em curso	31
9.4 Notas sobre o caso de São Paulo	34
9.5 Identidade, consciência de classe e a nova “pedagogia” dos estágios	36
10 CONCLUSÃO.....	38
11 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. INTRODUÇÃO

Com o advento do neoliberalismo – entendido como fase do capitalismo marcada pela abertura dos mercados nacionais, flexibilização de leis trabalhistas, privatização de setores fundamentais da economia, desresponsabilização do Estado com os direitos, crescimento do setor de serviços em relação ao setor produtivo e a progressiva financeirização da economia mundial – o trabalho tem sido (no seu enfrentamento histórico com o capital) violentamente atacado.

Com a falência do Estado de bem-estar social, hoje vivemos, no mundo todo, uma situação de desemprego crônico¹. Neste contexto, a inserção dos jovens no mercado de trabalho tem se dado cada vez mais através de subempregos (trabalho informal, precário, temporário, estágios, trabalho terceirizado).

Este trabalho se propõe a estudar uma das faces da precarização do trabalho dos jovens: o estágio.

Sob o argumento de que o estagiário é um aprendiz, o jovem é submetido a condições de trabalho precárias, sem direito algum garantido (como férias, 13º, etc.), e mais que isso: o estágio tem cumprido a função de substituição da força-de-trabalho formal.

Conforme nos indica Marx, nas relações capitalistas de produção, é impossível a eliminação por completo do trabalho vivo. E nessa impossibilidade, o capital opera um movimento de substituição da força de trabalho mais cara por uma que apresente um custo de reprodução mais baixo, dada a queda tendencial da taxa de lucro. Entre outras variantes dessa dinâmica (trabalhadores part-time, terceirizados, etc.) o trabalho do estagiário assume uma nova forma de ser: de parte do processo educacional passa a recurso de barateamento da força de trabalho.

Esse processo da diminuição do trabalho vivo e, na referida impossibilidade de sua eliminação, a substituição do trabalho formal pelo trabalho precarizado, traz consigo outro

¹ Conforme afirma Mészáros “A ameaça do desemprego era apenas latente no modo de regulação da reprodução sociometabólica do capital ao longo de séculos de desenvolvimento histórico. O “exército de reserva” do trabalho não só não representava uma ameaça fundamental para o sistema enquanto se mantivesse a dinâmica da expansão e da acumulação lucrativa do capital, mas, ao contrário, era um elemento bem-vido e necessário para sua boa saúde. (...) Sob essas circunstâncias, ativa-se a “explosão populacional”, sob a forma de *desemprego crônico*, como um limite absoluto do capital.” (István Mészáros, *Para além do capital*, 2002. pg. 332-333.).

aspecto que é ao mesmo tempo causa e efeito: o enfraquecimento da organização da classe trabalhadora. Particularmente no caso dos estágios por não serem regulamentados, esse processo ainda é mais grave, à medida que, pela não existência de um vínculo empregatício o estagiário também não tem direitos de sindicalização ou associação, estando sempre sob a sombra do desemprego e sem nenhuma possibilidade de resistência.

2. PROBLEMA

Qual a relação dos estágios com o processo de reestruturação produtiva que vem ocorrendo no mundo do trabalho e qual a sua relevância no universo da precarização do trabalho juvenil?

3. HIPÓTESE

O trabalho dos estagiários, tal como se configura hoje, representa uma alternativa para o capital em seu movimento de barateamento custo de reprodução da força de trabalho e uma forma de empregabilidade que burla as leis trabalhistas, à medida que o trabalho dos estagiários não se diferencia em qualidade do trabalho dos trabalhadores formais, acompanha o processo de flexibilização identificado no mundo do trabalho como um todo e perdeu completamente seu caráter de atividade formativa e complementar dos estudos escolares ou universitários.

4. OBJETIVOS

4.1 Objetivo geral

Buscar alternativas para combater a precarização do trabalho juvenil através da análise de uma das principais manifestações desta: os estágios.

4.2 Objetivos específicos

Mapear e analisar dados referentes à reestruturação produtiva no Brasil.

Buscar elementos para uma análise aprofundada sobre a real situação do jovem no mercado de trabalho brasileiro.

Entender o “lugar dos estágios” na reestruturação produtiva e na utilização da mão-de-obra juvenil.

5. REFERENCIAL TEÓRICO

Das dimensões objetivas e subjetivas do nosso tempo

O tema da precarização do trabalho juvenil circunscreve-se em um contexto contraditório de crise objetiva da relação constituída como dominante historicamente no processo de trabalho – o capital – e uma crise subjetiva de projetos alternativos a esta relação. Em poucas palavras podemos dizer que do ponto de vista objetivo vivemos uma crise estrutural do capital de novos contornos e, do ponto de vista subjetivo, uma descrença em projetos contrários ao modo de controle social do capital. Seja o socialismo revolucionário, o anarquismo ou mesmo o reformismo, quando conseqüente, têm dificuldades de penetrar em setores de massa como ideologia-força (no sentido leninista). Obviamente que esse elemento é mediado pela objetividade e, em determinados momentos, oscila conjunturalmente. Porém, o paradoxo essencial a ser identificado é que, por um lado, o modo de controle social do capital esgota sua possibilidade de dar respostas à altura da necessidade de sua própria reprodução, esbarra em limites para a acumulação, mas, por outro, continua reproduzindo-se em sua incontrolável *produção destrutiva* sem que a balança pese para o lado das forças do trabalho. O mesmo paradoxo evidencia a incapacidade de respostas dadas do ponto de vista dos trabalhadores, tanto teórica quanto praticamente.

Em nossa opinião, a resposta a essa contradição precisa ser dialeticamente identificada no entendimento da relação *objetividade e subjetividade*, enquanto movimento complementar e contraditório. Em suma, o processo de trabalho explica a crise dos modelos alternativos à medida que a falta destes explica as novas formas de produção e reprodução das desigualdades sociais presentes e renovadas no processo de trabalho contemporâneo. Por isso, não atribuímos causalidade a *um ou outro* mas, precisamente, na relação entre *um e outro*.

Para que essa contradição seja resolvida é necessário um diagnóstico preciso da crise a qual nos referimos. Uma crítica renovada das relações capitalistas de produção combinada à proposição mobilizadora de um novo modo de controle social que, obviamente, só pode materializar-se no fortalecimento das ações dos movimentos sociais e políticos anticapitalistas.

5.1 Dimensões objetivas:

O capital, sua crise e sua incontrolabilidade

Afirmamos que o capitalismo passa por uma crise de tipo estrutural à medida que os níveis de acumulação e reprodução do capital não se mantêm sem que haja imensas contradições na relação entre forças produtivas e relações sociais.

Ou seja, precisamente após a década de 70, os níveis de crescimento dos países do centro da economia-mundo capitalistas não correspondem à capacidade de desenvolvimento das forças produtivas que a humanidade e esses mesmos países (particularmente sob esse modo de produção) acumularam. Conforme nos sugere François Chesnais²:

A economia capitalista sempre experimentou um desenvolvimento desigual, mas o crescimento do período de 1955-1975 foi marcado por uma tendência à convergência no plano internacional. Os anos 90 caracterizam-se pelo retorno a uma configuração de desenvolvimento desigual, com o crescimento concentrando-se em duas zonas apenas. Utilizando-se o indicador de crescimento anual do produto mundial por habitante – que é um indicador sério do Estado da produção e da riqueza, apesar de mascarar os efeitos da distribuição de renda, muito desigual – constata-se o seguinte: enquanto a taxa se aproximava de 4% entre 1960 e 1973, caindo depois para 2,4% entre 1973 e 1980, não foi mais de 1,2% entre 1980 e 1993, não aumentando depois disso (...). Um outro fator que os economistas consideram crucial é a taxa de crescimento da produção industrial. Nos países da OCDE, isto é, nos mais ricos, observou-se a queda contínua dessa taxa. Ela passou de cerca de 6% no início dos anos 60 para 2% ao longo dos anos 90. (CHESNAIS, 2005, p.57)

Porém, trata-se de uma crise de novo tipo.

Conforme nos sugere Mézáros³ a construção de um mercado consumidor restrito a nichos sociais, a crescente queda da taxa de valor-de-uso das mercadorias e a possibilidade de reprodução do capital, no terreno das finanças e sem lastro material, permite o alongamento das crises antes tidas como cíclicas e a consolidação de um *continuum depressivo*:

É precisamente esta importante mudança na relação entre produção e consumo que habilita o capital a se livrar, por enquanto, dos colapsos espetaculares do passado, como a dramática queda de Wall Street em 1929. Por esta via, no entanto, as crises do capital não são radicalmente superadas em nenhum sentido, mas meramente ‘estendidas’ tanto no sentido temporal como em sua localização estrutural na ordenação geral. (MÉSZÁROS, 2002, p.697).

² CHESNAIS, François (org). *A Finança mundializada*, São Paulo: Boitempo, 2005.

³ MÉSZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002.

As crises passaram a ter novas formas contínuas e cumulativas. Nas palavras de Valério Arcary⁴:

A ordem econômica construída, após Bretton Woods, com mecanismos de regulação estatal preventivos não impediu, contudo, que o capitalismo continuasse a mergulhar a sociedade em crises regulares. Mas as crises passaram a ter novas formas e o cenário ficou mais claro depois de 1973/1974, quando se abriu a grande depressão do último quartel do século XX. A fase de crescimento se esgotou. Os EUA desvincularam o dólar do ouro e o fim da convertibilidade fixa abriu a etapa das moedas que flutuam livremente. Os endividamentos públicos e privados alcançaram patamares inéditos e as pressões inflacionárias voltaram. (ARCARY, 2004, p.155)

Para que essa relação entre produção e consumo se mantenha globalmente ativa o capital incrementa uma solução composta por superexploração do trabalho em determinadas áreas e retiradas de direitos históricos dos trabalhadores em outras, além de financeirização do capital e destruição de forças produtivas, seja na forma de guerras ou da destruição do meio ambiente.

Não há nada de especial em associar o capital a crises. O seu movimento sempre se constituiu em alargamento do dinamismo perverso de sua esfera de dominação e operação e, ainda que seus ideólogos não reconheçam, o metabolismo do capital alimenta-se de crises de maior ou menor intensidade e duração. Porém, o que há de novo, historicamente falando, é a perda de caráter cíclico.

Mais uma vez Mézáros⁵ nos apresenta as principais contradições estruturais:

1. Desenvolvimento e subdesenvolvimento;
2. Produção [destrutiva] e “destruição produtiva”;
3. Dominação estrutural do capital sobre o trabalho e sua dependência insuperável do trabalho vivo;
4. Produção de tempo livre (sobretalho) e sua paralisante negação com o imperativo de reproduzir e explorar o trabalho necessário;
5. Forma absolutamente autoritária de tomada de decisões no processo produtivo e a necessidade de sua implementação “consensual”
6. Expansão do emprego e geração do desemprego
7. Impulso de economizar recursos materiais e humanos, combinado ao absurdo desperdício deles;

⁴ ARCARY, Valério. O Capitalismo pode conhecer uma “morte natural”? In: **Revista Margem Esquerda**, n. 3. São Paulo: Boitempo, abril de 2004.

⁵ MÉZÁROS, István. **O Século XXI Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Boitempo, 2003.

8. Crescimento da produção a todo custo e a concomitante destruição ambiental;
9. Tendência globalizadora das empresas transnacionais e restrições necessárias exercidas pelos Estados nacionais contra seus rivais;
10. Controle sobre unidades produtivas específicas e falta de controle sobre seu ambiente (daí o caráter extremamente problemático de todas as tentativas de ‘planejamento’ em todas as formas concebíveis do sistema do capital);
11. Contradição entre regulação econômica e política da extração de mais-valia;

(Mészáros, 2003, p.20)

Conforme indicamos anteriormente, o alargamento dessas contradições provoca um crescimento global da desigualdade social, atingindo inclusive os países capitalisticamente mais desenvolvidos, conforme nos indica o editorial do *The Nation* em 1995:

A taxa de pobreza no último ano, 13,7 por cento, era mais elevada do que em 1989, apesar de sete anos de crescimento quase ininterrupto. Aproximadamente 50 milhões de americanos — 19 por cento da população — vive abaixo da linha nacional de pobreza. Aqueles na pobreza incluem uma em cada quatro crianças abaixo dos 18 anos, um em cada cinco cidadãos adultos e três em cada cinco famílias monoparentais. Em dólares constantes, os rendimentos médios semanais dos trabalhadores caíram de US\$ 315 em 1973 para US\$ 210, enquanto os 5 por cento mais ricos ganhavam uma média de US\$ 6440 (não contando seus ganhos de capitais).

Mais de dez anos após essa notícia, tanto a situação dos pobres norte-americanos (agora também usados como soldados para a guerra do Iraque) quanto a dos pobres no resto do mundo, têm se agravado na mesma proporção em que a burguesia monopolista e financeira – ao destruir concorrentes menores e elevar as taxas de exploração do trabalho – amplia a concentração de renda. Para citarmos exemplos brasileiros, chegamos ao absurdo posto de país vice-campeão em desigualdade social, perdendo somente para a Serra Leoa na África do Sul, sendo que, relativamente, o volume das riquezas produzidas no Brasil torna os “nossos” ricos mais distantes dos nossos pobres. Exemplos não nos faltam para ilustrar o crescimento da desigualdade social em escala global. A China, país que mais tem crescido nos últimos tempos, além de sustentar seu crescimento na superexploração de sua força de trabalho, também conta com um contingente de desempregados que já passa de 250 milhões, segundo dados do Ministério do Trabalho chinês.

Esse crescimento das desigualdades e o advento do desemprego estrutural em escala mundial trouxeram um elemento novo para o cenário do capitalismo globalizado. Traz, para a arena da luta de classes, uma contradição entre a necessidade do capital de mundializar a economia cada vez mais e conter a força de trabalho nos limites de seus territórios nacionais, principalmente nos países economicamente menos desenvolvidos.

5.2 Imigração X Globalização

O advento do desemprego estrutural faz com que milhões de trabalhadores dos países da periferia do capitalismo migrem para o centro em busca de melhores condições de trabalho. Tanto na Europa quanto na América este tema tem pautado as principais mobilizações, tendo como exemplo mais recente as jornadas de março de 2006 da luta contra o CPE e a precarização do trabalho na França. Pela sua história, a França deixa a fratura imigraçãoXglobalização de forma exposta. Conforme nos indica Marco Aurélio Santana:

Ao longo de sua história, a França desenvolveu uma intensa relação com a imigração. Não ao por sua posição de potência colonial, mas também pela necessidade de força de trabalho em um processo que remonta ao século XIX, levando à constante política de imigração de outras populações que pudessem fazer a maquinaria econômica francesa se movimentar nos fluxos e refluxos do capitalismo (...). Porém, sucessivamente, passadas as necessidades de determinadas conjunturas procurou-se “devolver” aos seus países de origem aqueles contingentes de trabalhadores outrora fundamentais. O dado, contudo, era o de que muitos já haviam obtido a nacionalidade francesa, além de se ter formado uma segunda geração de franceses. Isso impunha toda uma preocupação sobre como “integrar” esses grupos. (Revista Margem Esquerda n°7, 2006, maio, p.72)

Mas esse não é o único exemplo. Mais de duzentos mil trabalhadores imigrantes (principalmente latino-americanos) marcharam no primeiro de maio de 2006 pelas ruas de Nova Iorque pelo reconhecimento como cidadãos norte-americanos. Na Grécia vive-se um processo similar à França, embora menos intenso do ponto de vista das mobilizações. Na Inglaterra é histórico o problema com os muçulmanos. Enfim, trata-se de uma questão central para a análise do capitalismo contemporâneo.

Aqui trazemos esse tema basicamente sob dois prismas: i) grande parte do contingente de trabalhadores imigrantes são jovens; ii) as medidas dos governos locais dos países receptores dos imigrantes, entendidas em um contexto de ofensiva ideológica e política do

capital sobre o trabalho, no intuito de incorporar essa força de trabalho tendem a ampliar a retirada de direitos dos trabalhadores locais e repressão aos trabalhadores imigrantes. Estabelecendo assim, uma clivagem que justifica a divisão do trabalho mais e menos qualificado entre trabalhadores locais e imigrantes, respectivamente.

Nesse contexto, os mais vulneráveis são os que perdem primeiro. A juventude, por ser parte da situação que apontamos anteriormente, sofre as consequências da crise estrutural objetivamente e não vê nos sindicatos ou organizações tradicionais da esquerda força que possibilite uma contra-ofensiva, o que evidentemente reforça a dificuldade de afirmação de um novo modo de controle social anticapitalista. Sendo assim, a juventude trabalhadora tem grande propensão a ser o elo mais fraco da corrente.

Através do caso francês temos a possibilidade de identificar uma tendência mundial que tem, evidentemente, repercussões na situação brasileira que estamos estudando. A luta contra o CPE e a jornadas de março de 2006 traz a juventude novamente como ator principal da resistência à retirada de direitos. Nos permitiremos aqui detalhar um pouco a análise destes acontecimentos.

5.3 A juventude francesa contra a precarização do trabalho

“Éramos a reciclagem de um modelo insustentável, hoje reciclamos nossa angústia e viramos contra as classes que vivem sustentadas por nós”.

Panfleto juvenil sem autor, novembro de 2005 distribuído nos bairros periféricos de Paris

Além da tradição de lutas da classe trabalhadora francesa, responsável pela primeira experiência de tomada do poder por parte dos trabalhadores de forma independente da burguesia (Comuna de Paris – 1871) e por uma das maiores revoluções político-culturais da história (maio de 1968), hoje em dia o capitalismo francês sofre de uma contradição que é produto da atual fase: como sustentar um índice de desemprego altíssimo em um país central do arranjo mundial, conviver com a imigração também proveniente do desemprego em outros países periféricos e não retirar direitos dos franceses *blue, blanc et rouge* – os chamados franceses brancos “puros”?

Um primeiro sinal dessa contradição se deu através dos jovens moradores dos “banlieues” que ficaram conhecidos por queimar carros. Ao contrário do que a mídia internacional ocupou-se de divulgar, essas ações não foram nem isoladas nem delinquentes, mas sim resposta à discriminação sistematicamente sofrida por esses jovens que são imigrantes da Argélia, do Maghreb ou África negra e, particularmente, a morte de dois jovens no dia 27 de outubro de 2005 em uma cabine de alta tensão ao fugirem de perseguição da polícia francesa. Também foram respostas às relações de trabalho precárias a que são submetidos esses jovens, que vivem de subempregos quando os conseguem. Muitos carros foram queimados para que fosse ouvida a voz da periferia francesa.

Porém, essas respostas se deram de forma bastante espontânea e desorganizada, sem contar com o apoio da maioria da sociedade francesa, como se sabe, bastante xenófoba. Conforme nos esclarece Gabriel, estudante da Nanterre e linha de frente das jornadas de março:

O problema na França é que o racismo é muito presente e também no Estado, porque tem muitas leis racistas em França, que proíbem aos estrangeiros muitos trabalhos. E aqui existe muitos imigrantes que não têm documentos, tem muita propaganda contra os estrangeiros e em 2002 o projeto da direita racista chegou ao 2º turno das eleições, com 20 por cento creio. É uma pergunta muito presente na França. Também com o passado colonial da França como Argélia.

Ano passado, a direita aprovou uma lei que reconhece o papel positivo da colonização. Um escândalo.

E é a combinação disso com as provocações de Sarkozy [Ministro do Interior], que disse que a juventude dos bairros populares é algo que temos que limpar. Muito racista. Também em outubro 2 jovens foram

mortos pela polícia. Porque eles não tinham papéis correram da polícia. Foram mortos. A combinação de todos esses elementos levou a revolta dos banlieues. No ano passado, foram pequenas explosões cada vez em uma cidade. E esta vez é a primeira vez que é nacional. Não sei quantos bairros ao mesmo tempo, mas foi muito político. Foi muito difícil estruturar e ter um discurso construído, mas teve reivindicações que foram as mesmas em todas as partes dos banlieues, como a demissão de Sarkozy.

Que é ministro de interior, que talvez será o próximo candidato da direita, que é muito populista e popular (...)

Desde 2002 que foi ministro tem realizado 16 das 25 proposições de Le Pen. É o mesmo programa, mas se apresenta como a direita respeitável. (...). Agora a polícia nos banlieues controla todo o tempo os jovens e são muito repressivos. E outro problema que levou a revolta dos banlieues é a questão da precariedade, como a questão de moradia. Os banlieues são grandes prédios com camas pequenas. São condições indecentes. E também a questão do trabalho, porque a maior parte da juventude dos banlieues não tem trabalho. A escola dos banlieues tem os professores mais jovens e mais despreparados. Não é uma verdadeira escola, são as piores escolas de todo o país.

O que é importante é que este movimento contra o CPE foi a combinação de todos os últimos movimentos de juventude. Como o movimento de estudantes de 2003, e movimento liceu do ano passado.

(Entrevista realizada por Fernanda Melchionna, membro do DCE UFRGS, esteve presente nas lutas contra o CPE, março de 2006)

O projeto de Primeiro Emprego divulgado pelo governo francês está diretamente ligado às contradições que apontamos. Aponta no sentido da retirada de direitos, só que desta vez de jovens franceses “puros”. Colocaria a possibilidade de jovens de até 26 anos serem despedidos sem justa causa durante um período probatório de 2 anos. Buscava manobras estatísticas apoiado na rotatividade da força de trabalho jovem precarizada, já que na França os índices de desemprego na juventude chegam a mais de 23% nacionalmente e 50% nos bairros periféricos. Uma situação que vem se agravando ano a ano. Há dois anos atrás, as agências internacionais de imprensa já noticiavam:

Após vários meses em um nível elevado, o índice de desemprego passou de 9,9% em dezembro para 10% em janeiro, uma porcentagem não registrada desde fevereiro de 2000. O resultado ruim torna difícil o cumprimento da promessa do premier francês, Jean-Pierre Raffarin, de fazer o desemprego cair um ponto percentual por ano a partir de 2005.

A cifra sobre o desemprego aumenta em meio a um clima social cada vez mais tenso na França. (...) O número de desempregados aumentou 0,7% em janeiro em relação ao mês anterior, para 2.461.600. Os jovens continuam sendo os mais afetados pelo desemprego na França, com um índice de 21,8%.

As cifras são divulgadas poucos dias depois de várias grandes empresas francesas terem anunciado uma explosão de seus dividendos e lucros. Sindicatos denunciam que estes resultados não geram emprego, nem aumentam a renda dos trabalhadores.

Os economistas não acreditam que o índice vá diminuir, como Rafarin deseja, para 9% no fim do ano. "O crescimento irá desacelerar em 2005, motivo pelo qual parece impossível que o número de desempregados fique abaixo de 10% este ano. Se um crescimento econômico de 2,3% em 2004 não impediu o desemprego de passar de 9,8% para 10%, como está tendência irá se reverter com um crescimento de 1,8% em 2005?", questiona Marc Touati, economista do Natexis Banques Populaires.

(<http://noticias.uol.com.br/economia> fevereiro de 2005)

Após dois anos, a situação piorou bastante e, com a apresentação do CPE, a resposta foi imediata. Após a deflagração de greve na Sorbone outras universidades entraram em greve, chegando a parar mais de 60 das 84 universidades francesas. Mas, há um momento em que a mobilização dá um salto. Exatamente à medida que incorpora os trabalhadores, ganha força no interior e na periferia ao incorporar os jovens imigrantes das Zonas de Educação Prioritárias (ZEP) e chega a ganhar o apoio de 63% da sociedade francesa. Foi precisamente nesse momento que o ataque dos órgãos de imprensa e governamentais tentaram desmoralizar o movimento, o que levou a um acirramento ainda maior, assim como a radicalização das mobilizações que levaram milhões às ruas e deflagraram Greve geral de 1º a 4 de abril. Com a promessa de uma nova greve geral para o dia 17 de abril o governo recuou e retirou o projeto, configurando uma vitória importante na defesa dos direitos dos trabalhadores e da juventude.

Reafirmamos que os acontecimentos aqui analisados são de suma importância. Em primeiro lugar, por recolocar na pauta a centralidade da discussão sobre o trabalho como elemento fundante de qualquer sociedade humana, assim como compreender a chamada *reestruturação produtiva* e, especialmente, o lugar “privilegiado” da juventude nesse processo.

5.4 Neoliberalismo e Reestruturação Produtiva

Levando em conta que pós-68 há um amplo processo de mobilização que sacode a região do Mediterrâneo, em muitos aspectos subproduto das crises anteriores, essa nova forma da crise também exige novas respostas por parte do capital. A queda na taxa de valor-de-uso das mercadorias – ou a *sociedade involucral*, segundo Ricardo Antunes (2005), sob as regras da qualidade total, geradora do descartável e do supérfluo – é uma das respostas no aspecto da

circulação. Porém, assim como já indicamos a financeirização do capital como um aspecto ligado à sua reprodução, também é necessário, na arena da produção da mais-valia, uma resposta. É precisamente esta resposta que tem sido chamada de *reestruturação produtiva*.

É importante ressaltar, porém, que nenhuma dessas respostas são dadas de forma simultânea ou imediata. São evidentes as mediações provenientes das pressões realizadas pelo movimento dos trabalhadores.

O capital não pode dar as respostas que quer, precisamente por sua dependência orgânica do trabalho, e certamente os acontecimentos de 1968 e pós-68 muito ensinaram aos capitalistas. Tanto que grande parte da organização toyotista e pós-fordista da produção bebe nas experiências autônomas de organização dos trabalhadores. No campo da política, à medida que foram derrotados os processos revolucionários a que nos referíamos, o neoliberalismo aparece como programa dos extratos dirigentes da classe dominante, tendo como equipe pioneira os governos de Regan nos E.U.A. e Thatcher na Inglaterra. Algumas medidas desta, são ilustrativas do tamanho da ofensiva neoliberal a partir de seu governo em aspectos políticos econômicos e sociais. Em maio de 1979, a Revista Veja noticiava em uma matéria intitulada “Revolução Conservadora”:

(...) os *tories* pregam uma política dura contra o que Thatcher chama de “ditadura dos sindicatos”: limitação e até cortes em benefícios sociais para grevistas, proibição de greves em setores essenciais, limitações às atividades de piquetes, exigência de votação secreta para a decretação de greves (atualmente adotada em assembleias abertas). Thatcher e seus aliados querem, ainda, o fim de qualquer política salarial patrocinada pelo governo e a volta à liberdade total nas negociações entre patrões e empregados(...). Junto com seu programa, Thatcher traz ao primeiro plano, agora, o que muitos chamam de “fervor evangélico”. Ela se orgulha de professar idéias “de classe média” e acima de tudo, acredita na iniciativa individual. É preciso “libertar” os ingleses das “cadeias” impostas por este “Estado tirânico”, diz ela. Sob os trabalhistas, o país teria escorregado no rumo de um “Estado socialista”. “Que lições aprendemos nos últimos trinta anos?”, perguntou ela, certa vez. “A busca da igualdade é uma miragem”. (Revista Veja, 1979, maio, p.20)

Essa ofensiva político-ideológica promoveu a retirada de direitos e a destruição da rede de segurança social existente na Europa, permitiu que os impostos diminuíssem e os gastos do Estado também, abrindo caminho para o aumento da rentabilidade do capital. Somada à política econômica neoliberal, a diminuição do trabalho vivo para garantir o

aumento da produtividade e o refluxo do movimento operário permitiram as condições para a *reestruturação produtiva*.

As formas de organização do trabalho deveriam mudar no sentido de ampliar o processo de acumulação. A chamada *reestruturação produtiva* vem com o intuito de aumentar a produtividade através de ações mais ou menos orquestradas: a) Reorganização do processo de trabalho no “chão de fábrica” permitindo a exploração do trabalho intelectual e aprofundando a exploração do trabalho manual. Para isso, foram fundamentais a incorporação do trabalho feminino (hoje mais de 40% da força de trabalho dos países do centro da economia-mundo) e uma nova divisão sexual do trabalho, onde os homens passam a realizar atividades de concepção e/ou aquelas baseadas em *capital intensivo* ao passo que as atividades baseadas em *trabalho intensivo*, dotadas de menor qualificação são destinadas às mulheres⁶ e jovens, muitas vezes negras/os e/ou imigrantes; b) A diminuição do trabalho vivo e a sistemática *tecnologização da ciência*, fazendo com que a produção científica esteja cada vez mais a serviço de grandes empresas transnacionais. Processo que pode ser notado também na análise das políticas educacionais, em particular com relação ao ensino superior⁷; c) O aumento do setor dos serviços e da informalidade do trabalho; d) O surgimento do desemprego crônico e estrutural e a diminuição significativa do chamado “exército industrial de reserva”; e) A incorporação do trabalho precário e terceirizado no trabalho social total (subproletariado) e sua preponderância na extração de mais-valia com um peso importante do trabalho juvenil que é aqui o principal objeto de nosso estudo. Esta dinâmica também é causa e efeito de um outro fenômeno (que não vamos analisar com profundidade aqui) que é a fragmentação dos trabalhadores e suas demandas e o conseqüente enfraquecimento dos sindicatos classistas e o crescimento da *linha de menor resistência do capital*.

⁶ HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho**: um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

⁷ Ver: LEHER, Roberto. *Projetos de autonomia a privatização das universidades públicas*. In: **Universidades na penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária**. Estudo realizado pela Confederação Latino-americana de Ciências Sociais (CLACSO) organização de Pablo Gentili. Ed. Cortez, 2001.

5.5 Reestruturação Produtiva: resposta fenomênica à crise do capital

Evidentemente, a resposta que o capital poderia dar à sua crise não poderia ser profunda no seu conteúdo, ou seja, uma mudança na essência das relações de produção. Teria de ser necessariamente *fenomênica*. Quer dizer, mexendo somente no que se refere às formas de *organização* do trabalho. Tampouco promoveu o fim do trabalho e nem mesmo iniciou uma dinâmica deste tipo (como afirmam alguns autores como André Gorz, Dominique Méda ou Jürgen Habermas), pois entre as personificações necessárias ao modo de controle social do capital, juntamente com o Estado e a propriedade privada dos meios de produção para sua acumulação e reprodução, o capital necessita do trabalho. A visão de que o trabalho acabou é, em primeiro lugar, eurocêntrica, pois pelo menos 2/3 da humanidade que trabalha encontra-se nos países da periferia da economia-mundo. Em segundo lugar, não encontra confirmação empírica, justamente por não entender as duas dimensões fundamentais do trabalho: a sua dimensão ontológica (mediação homem/natureza) e sua dimensão alienada ou estranhada que subsiste no capitalismo que vem sofrendo modificações na sua organização, porém se mantém essencialmente alienado do trabalhador. É evidente que as principais empresas transnacionais necessitam e utilizam trabalho, seja ele produtivo, material ou intelectual. A Nike tem cerca de 85 mil trabalhadores espalhados pelo mundo com salários degradantes, ou a Toyota que procurou envolver a classe trabalhadora japonesa no projeto “Família Toyota” (com o conhecido lema: “proteja a empresa para proteger sua vida”) o fez pensando em quem?

Um bom exemplo é a falência do projeto Saturno da General Motors norte-americana que tentou automatizar e robotizar a sua planta sem um prévio preparo dos trabalhadores. Nas palavras de João Bernardo⁸

A General Motors aprendeu, à sua custa, como são erradas as teses daqueles que julgam que as máquinas inteligentes tornam dispensáveis os trabalhadores. Em *The Economist* (10 de agosto de 1991) analisa-se um caso muito instrutivo. Na década de 80 a General Motors despendeu 80 bilhões de dólares para automatizar as suas linhas de produção em todo o mundo. “Grassava então pelo país [Estados Unidos] uma febre de alta tecnologia. Não só se presumia que a introdução de robôs haveria de reduzir o número de trabalhadores industriais, que saem caros e são por vezes desordeiros, mas pensava-se também aproveitar deste modo a superioridade dos Estados Unidos relativamente ao Japão em computadores e software”. Mas com que resultados? A fábrica Hamtramck, em Detroit,

⁸ BERNARDO, João. **Transnacionalização do Capital e fragmentação dos Trabalhadores**. São Paulo: Boitempo, 2000.

concebida para demonstrar as maravilhas da tecnologia, depressa se tornou uma tragédia, segundo o ponto de vista de uns, ou, para outros, uma farsa. Erros de programação levavam as cadeias de montagem a parar durante horas, robôs desmembravam-se uns aos outros, ou espatifavam peças de automóveis, ou espalhavam a tinta em redor, e por vezes os veículos automáticos que deviam transportar os componentes ficavam sem se mover. Estes e outros problemas do mesmo gênero reproduziram-se em outras fábricas. “Segundo alguns cálculos, cerca de 20% das despesas realizadas pela General Motors em nova tecnologia foram gastos em vão”. (BERNARDO, 2000, p.72).

Esta é uma questão importante para a compreensão do fenômeno da reestruturação produtiva. No pós-1945 afirma-se, enquanto sistema de produção – com ênfase na indústria automobilística – o modelo taylorista/fordista que visou dinamizar o processo de extração de mais-valia a partir da lógica do aumento do ritmo e da redução do tempo necessário para a produção de mercadorias, o que, evidentemente, levou a uma intensificação das formas de exploração do trabalho. A idéia do fim do desperdício na produção, além de racionalizar ao máximo as operações realizadas pelos operários, também buscava uma certa *autosustentabilidade* da fábrica recorrendo raramente ao fornecimento externo.

Baseado na desumanização do trabalho e reduzindo o trabalhador à praticamente apêndice da máquina, o binômio taylorismo/fordismo organizou o trabalho de forma fragmentada, porém complementar gerando o que – utilizando-se de uma terminologia dürkheimniana – poderíamos chamar de uma espécie de solidariedade orgânica, o que provocou também uma capacidade distinta de organização dos trabalhadores sobre essas bases materiais no próprio local de trabalho. E, certamente, as respostas que os trabalhadores conseguiram dar, em maior ou menor grau, em escala internacional produziram elementos importantes para a sistematização de novas formas de organização da produção capazes de articular a expropriação do trabalho manual e intelectual e quebrar a verticalização da gestão, sem que com isso fosse menos exploratório ou menos autoritário.

Ao contrário do taylorismo/fordismo, as novas fábricas toyotistas e pós-fordistas dependem de outras fábricas que lhe forneçam as peças (em geral as fábricas toyotistas são responsáveis por cerca de 25% da produção) e, com isso, geram um grande número de trabalhadores que não estão nas montadoras, mas nos trabalhos precários destas empresas terceirizadas. Também novas formas de gestão na linha de montagem começam a surgir baseados em uma produção vinculada à demanda, variada e heterogênea, trabalho em equipe e

trabalhador multifuncional, processo produtivo flexível que permite ao operário trabalhar em várias máquinas ao mesmo tempo e o princípio just-in-time que otimiza o tempo de produção.

Aqui é necessário destacar dois elementos destas novas formas de gestão. Um deles é o sistema *kanban* que é baseado no setor de serviços (mais especificamente nos supermercados norte-americanos). Um sistema de senhas, placas e cartazes indicam os comandos para reposição de estoque (comparativamente às fábricas tayloristas, os estoques das fábricas toyotistas são mínimos). O interessante desse sistema é que ao sair do setor dos serviços se aprimora e retorna ao mesmo, o maior exemplo mundialmente conhecido é o Mac Donald's. Também são importantes os CCQs (círculos de controle de qualidade), pois são um instrumento que é baseado nas experiências associativas dos trabalhadores e que permite uma intensificação da exploração do trabalho, à medida que passa a apropriar-se de sua dimensão intelectual. Com a crise estrutural do capital também a queda da taxa de valor de uso das mercadorias é crescente e a chamada "qualidade total" é a expressão disso: produtos de baixa qualidade que engendram um mercado de altíssimo consumo e circulação de mercadorias. A diferença fundamental é que são os trabalhadores os responsáveis pelo controle da "qualidade total" das mercadorias.

Todas estas tendências aqui expostas, obviamente, têm mediações na sua implementação que variam do oriente para o ocidente, dos países do centro e da periferia da economia-mundo. Mas, em se tratando de uma economia globalizada, indicam importantes mudanças tendenciais na *forma de ser* do trabalho em todo o mundo.

6. DIMENSÕES SUBJETIVAS

6.1 Toyotismo como “momento predominante” do complexo da reestruturação

Ao tratarmos deste tema usamos um conceito utilizado por Giovanni Alves em seu *O novo (e precário) Mundo do Trabalho*⁹. Em seu livro, Alves identifica no toyotismo o que chama de *momento predominante* ao sugerir que o toyotismo ultrapassa um simples conjunto de técnicas de produção conforme sugerem múltiplos autores da sociologia contemporânea. Para o autor, trata-se de um estágio superior de racionalização do trabalho e produção de mercadorias. Novos princípios capitalistas de gestão da força de trabalho e cujo valor universal é capaz de disputar a hegemonia do capital na produção que trazem consigo um elemento fundamental e orientador das técnicas pós-fordistas: *a captura da subjetividade operária*.

Sendo assim, trata-se de uma disputa de hegemonia que vai do chão-de-fábrica ao conjunto da sociedade (BERNARDO, João, 2004). Não somente a produção das mercadorias funciona sob a lógica toyotista como também a esfera da circulação e dos serviços buscam, do ponto de vista da organização do processo de trabalho, uma extração da capacidade intelectual dos trabalhadores. É a mais-valia relativa sobressaindo-se à mais-valia absoluta.

Esse aspecto nos permite também pensar a classe trabalhadora desde uma perspectiva mais ampliada do que, tradicionalmente, tem-se discutido. O conjunto do trabalho assalariado (produtivo e improdutivo) entendido como *classe-que-vive-do-seu-próprio-trabalho* (ANTUNES, 1995), na qual se torna muito importante para a sobrevivência do capital em crise, os trabalhadores ligados aos setores dos serviços sem que, obviamente, os produtores diretos de valor (os trabalhadores produtivos) percam sua centralidade no processo de trabalho e, principalmente na transformação deste.

Particularmente no Brasil, dada a nossa formação sócio-histórica com uma industrialização tardia, forjada no crescimento induzido das cidades e a importância dos serviços na sustentabilidade dessa industrialização, consideramos importante essa visão ampliada da classe trabalhadora. Nesta compreensão, em nossa opinião, cabe o trabalho precarizado da juventude, inclusive os estagiários.

⁹ ALVES, Giovanni *O novo (e precário mundo) do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 2000.

As leis que regem o STP (Sistema Toyotista de Produção), de estoque mínimo, inclusive do ponto de vista da força de trabalho, se aplicam ao mercado de bens e serviços, resguardadas as devidas proporções. O funcionamento da maior rede de supermercados Wall-Mart (inspiradora dos ideólogos do toyotismo), da rede de fast-food Mac Donald's – ambos empregadores de uma força de trabalho predominantemente jovem – podem confirmar.

O toyotismo, entendido como uma nova racionalização do trabalho e valor universalizante, nos repõe a necessidade de uma contra-ofensiva ideológica que recoloca a necessidade de um modo de controle social baseado no trabalho enquanto realizador dos potenciais humanos e não como gerador de mais valor para a sede de lucros dos capitalistas.

6.2 Sociologia do Trabalho X Sociologia do Capital

Temos assistido a um processo de desresponsabilização dos sociólogos e intelectuais com a necessidade de mudança da sociedade em que vivemos.

O crescimento de teorias contemplativas e particularistas tem, cada vez mais, afastado a sociologia das causas dos problemas e fenômenos sociais e, conseqüentemente, do engajamento com a resolução desses problemas. Desde a sociologia compreensiva de Weber até os mais diversos pós-modernistas buscam, sistematicamente, fugir de uma análise sistêmica da realidade, negam a categoria da totalidade e, dessa forma, naturalizam o todo em detrimento das partes. Dessa forma, reforça-se a velha crença positivista no distanciamento entre o pesquisador e seu objeto, entre valores e ciência.

Não entraremos em profundidade no tema, mas em nossa opinião este não é um problema menor. Pois, essa naturalização contribui à manutenção da lógica perversa do capital e embeleza o *status quo*. O sociólogo/intelectual que perde a conexão com os problemas de seu tempo, que não busca a realização humana de forma completa e não-alienada nada faz senão reproduzir os mecanismos sistêmicos que não quer enxergar e/ou precisa esconder.

Falamos aqui de sociologia do trabalho não como uma rebuscada fotografia das técnicas, formas de administração do capital na produção ou mesmo das classes sociais. Trata-se de uma contribuição orgânica à classe-que-vive-do-seu-próprio-trabalho. Mais que uma ferramenta, uma arma contra o modo de controle sociometabólico do capital, sem que, com isso, perca seu potencial heurístico.

Nas palavras da pesquisadora Laís Abramo:

O caráter “militante” da Sociologia do Trabalho latino-americana não impediu, no entanto, a sua constituição enquanto uma disciplina científica, institucionalizada academicamente e com uma significativa produção teórica e empírica. Pelo contrário, me atrevo a levantar a hipótese de que esse caráter “militante” foi uma das chaves para que a disciplina tenha sido capaz de desenvolver formulações teóricas próprias e uma experiência de pesquisa sólida e criativa, com um importante grau de autonomia, apesar de haver estado, (...) fortemente permeada pelo debate teórico internacional.

(ABRAMO, Laís. *Desafios atuais da sociologia do trabalho na América Latina: Algumas hipóteses para a discussão*. Biblioteca virtual da CLACSO, 1999)

É precisamente esse caráter “militante” e coordenado com os movimentos sociais e políticos dos trabalhadores que consideramos necessário resgatar nas Ciências Sociais, em particular na sociologia, para que possamos de fato construir um arcabouço teórico e uma subjetividade ativa para além do capital.

7. JUSTIFICATIVA

Este trabalho busca a necessária compreensão das modificações ocorridas nas relações de trabalho após o advento do neoliberalismo em escala global e localizar as formas de precarização do trabalho juvenil dentro desse contexto. Como parte da construção de um novo modo de controle social, vemos como fundamental um novo sentido para a vida dentro e fora do trabalho. Não há dúvidas de que a inserção do trabalho juvenil nessa compreensão é fundamental.

Focalizamos nosso estudo no caso dos estágios, por configurar-se como uma maneira aparentemente positiva de inserção da juventude no mercado de trabalho. Inserção esta, que vem acompanhada de uma exploração do trabalho dos jovens e uma completa desregulamentação das relações entre capital e trabalho, mascaradas pelo caráter de aprendizagem que, supostamente, o estágio teria. Trata-se de um elemento de burla da legislação trabalhista que coloca o trabalho juvenil em uma situação de precarização, ao mesmo tempo, busca inviabilizar a resistência à mesma ao não estabelecer vínculo empregatício com o estagiário gerando uma diferenciação entre aqueles que fazem parte do quadro funcional das diferentes empresas concedentes e os estagiários e fragmentando ainda mais a classe trabalhadora.

A partir de um breve estudo realizado no segundo semestre de 2006 (agosto a novembro), buscamos delimitar algumas tendências dos problemas apontados anteriormente, assim como inserir elementos analíticos para a busca de alternativas que superem a exploração do trabalho, em particular, do trabalho juvenil.

8. METODOLOGIA

8.1 Metodologia utilizada

A metodologia utilizada neste presente estudo constitui-se de coleta de dados dos Institutos brasileiros que se ocupam da análise do mercado de trabalho, tais como DIEESE e IBGE, a comparação desses dados e um questionário aplicado a uma pequena amostragem de dez estagiários das áreas dos serviços públicos e privados e da produção, composto pelas seguintes perguntas (sendo que as perguntas a, b, c e d também pediam as mesmas informações com relação aos funcionários das respectivas empresas):

- a) Qual a sua jornada de trabalho diária?
- b) Remuneração?
- c) Você tem condições de trabalho apropriadas (equipamentos de segurança, ambiente de trabalho, etc.)?
- d) E com relação aos direitos trabalhistas, você tem alguma garantia (férias, 13º, etc.)?
- e) Qual a relação do estágio com seu curso?
- f) Considera que o estágio está contribuindo para a sua formação?
- g) O trabalho que você realiza é essencial para sua empresa? Explique.
- h) Qual a diferença entre o seu trabalho e o de um funcionário?
- i) Você se considera parte do corpo de funcionários da empresa?
- j) No caso de retirada de algum de seus direitos, quem você vê como parceiro para defende-los?
- k) Considera importante que haja algum tipo de associação, sindicato, etc.?
- l) Há quanto tempo trabalha nesse mesmo estágio?
- m) Já trabalhou em outro estágio antes? Especifique.
- n) Você está contente com o estágio? Em qual área você gostaria de atuar?

9. ANÁLISE DOS DADOS

9.1 O mercado de trabalho e a situação do jovem no Brasil

“É uma contradição do próprio movimento do capital que o incremento natural da massa de trabalhadores não sature suas necessidades de acumulação, e, apesar disso, ultrapasse-as. O capital precisa de maiores quantidades de trabalhadores jovens e menor número de adultos”
Karl Marx

No Brasil, a política econômica não tem criado condições para uma expansão significativa da oferta de trabalho atingindo, particularmente, os jovens¹⁰. No contexto de desemprego crônico, indicado anteriormente, é notório o crescimento do mesmo entre os jovens. Segundo a análise do DIEESE, em setembro de 2005, o número de desempregados com idade acima de 16 anos nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo chegava a um total de 3,5 milhões e destes 1,6 milhões são jovens com idade entre 16 e 24 anos, ou seja, 46,4% da População Economicamente Ativa (PEA) que está desempregada. Contrastante em proporção é o dado que revela que dos 14,7 milhões de ocupados os jovens representam apenas 20,8%, totalizando 3,1 milhões de pessoas. Além disso, a Pesquisa de Emprego e Desemprego do DIEESE (PED)¹¹ nos revela que: “(...) áreas do país que apresentam um mercado de trabalho mais dinâmico tendem a uma incorporação mais expressiva dessa parcela da população”.

Os dados evidenciam que o problema do desemprego crônico que apontamos como tendência atinge, de forma ainda mais contundente, a juventude – visto que o desemprego juvenil é duas vezes superior ao verificado para o total da população de 16 anos ou mais. Na região metropolitana de Porto Alegre, por exemplo, o total de desempregados com 16 anos ou mais é de 15,6% da população e o total de jovens chega a 29,3%.

Quando analisamos dados referentes aos salários e também da composição de gênero da força de trabalho juvenil ativa identificamos a mesma diferenciação entre homens e mulheres ocorrida no conjunto da sociedade, ainda que com distâncias menores. E, olhando atentamente, veremos que o contingente de mulheres jovens desempregadas é bem maior que o de homens, o que permite ao mercado um barateamento ainda maior da força de trabalho feminina/jovem, dado o tamanho da demanda e a escassez da oferta.

¹⁰ Conforme definição adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU, o segmento juvenil representa uma parcela da população situada na faixa etária que vai dos 15 aos 24 anos. Para efeito de análise, consideraremos jovens de 16 a 24 anos, visto que o limite de 16 anos refere-se à idade mínima legal estabelecida para a participação no mercado de trabalho.

¹¹ DIEESE. **Juventude: Diversidade e desafios no mercado de trabalho metropolitano**. Disponível em: <dieese.org.br> (Acesso em 17 Out.. 2005)

Este quadro certamente constitui um dos principais elementos de desagregação social, ainda mais quando levamos em conta o fator “renda familiar”, onde o número de jovens empregados provenientes de famílias com menor poder aquisitivo é bastante inferior aos de maior poder aquisitivo, e esse dado ainda se agrava mais quando pensamos no tamanho das famílias e confrontamos os dados. Em Porto Alegre, por exemplo, 71,8% dos jovens pertencentes aos 25% mais ricos estão empregados ao mesmo tempo em que apenas 58,6% dos 25% mais pobres estão empregados. Como resultado disso temos uma retroalimentação da pobreza entre os segmentos mais pobres da população, com conseqüências gravíssimas do ponto de vista da sociabilidade pois, entendendo a juventude como um fenômeno social e um momento da vida onde se afirma uma determinada identidade do ser social – e o trabalho como *fenômeno originário, modelo do ser social*¹² (LUCKÁCS, s.d.) a falta ou o impedimento de uma experiência de trabalho pode explicar, por exemplo, altos níveis de criminalidade entre os jovens, tanto econômica quanto subjetivamente, à medida que o espaço do crime propicia, ao mesmo tempo, uma convivência na condição de *incluído* (na contramão da situação de exclusão vivida por um desempregado) e um determinado *status* com perspectivas de ascensão social.

Esse cenário empurra a força de trabalho juvenil para uma busca de trabalhos precários, que muitas vezes tem como porta de entrada e caminho mais fácil o estágio.

¹² LUCKÁCS, Györg. O Trabalho. IN: **Ontologia do ser social**. Tradução de Ivo Tonet.

9.2 O caso dos estágios

“Não fizemos contrato, não é verdade?(...)”

Enquanto assim falava, Vassili Andreitch estava convencido de que era o benfeitor de Nikita: Tal a sua força de persuasão e tantos os que, a começar por Nikita, dependiam do seu dinheiro e lhe corroboravam essa convicção de que não enganava os trabalhadores, mas os cumulava de benefícios!

- Sim, compreendo, Vassili Andreitch; pela minha parte, parece-me que o trabalho, que o faço o mais que posso, como se fosses meu pai.

Compreendo muito bem – respondi Nikita.

E dizia-o, sabendo perfeitamente que Vassili Andreitch o enganava”.

Leon Tolstoi, Senhor e servo

A regulamentação dos estágios acontece em um momento em que a sociedade brasileira vivenciava um processo de intensificação da industrialização, começada em 1930, e começava a estruturar um parque industrial aos moldes do que temos hoje. Obviamente, naquele momento, necessitava a formação de uma mão-de-obra qualificada para o trabalho de re-industrialização.

A Lei nº 6494 de 07 de dezembro de 1977, promulgada sob o governo de Ernesto Geisel, durante a ditadura militar, dispõe sobre estágios dos estudantes de estabelecimentos de ensino superior, de ensino profissionalizante e, do então chamado, segundo grau supletivo. Apesar de ser dúbia em alguns aspectos (como o da remuneração ou ajuda de custo do estagiário), a lei traz, em seu caput e Parágrafo primeiro respectivamente, duas questões-chave: a) Limita a figura da concedente do estágio às pessoas jurídicas de Direito Privado, aos órgãos de Administração Pública e às Instituições de Ensino, estando excluídas as pessoas físicas. b) Localiza o estágio como atividade voltada à formação do estudante. Textualmente: *“O Estágio só poderá verificar-se em unidades que tenham condições de proporcionar experiência prática na linha de formação”* (BRASIL, Lei 6494, 1977). Tanto a Lei 6494/77 quanto o decreto 87.497/82 que a regulamenta foram modificados ao longo do tempo e, principalmente, ao longo das mudanças que foram ocorrendo no mundo do trabalho.

Exatamente por isso é que as medidas provisórias, introduzidas pelo então Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, com relação ao tema (ex: MP nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001, em seu artigo 6º) que alteraram a redação do parágrafo 1º da Lei 6494/77 autorizando o estágio também para alunos do ensino médio, ainda que não profissionalizante, é bastante grave (e muito alinhada à reestruturação produtiva e à era pós-Tatcher). Essa medida modifica totalmente a concepção implícita na Lei 6494/77 de estágio como parte do

aprendizado do estudante e *experiência prática na linha de formação*. Nas palavras de Maurício Godinho Delgado¹³:

Esse vínculo sociojurídico foi pensado para favorecer o aperfeiçoamento e complementação da formação acadêmico-profissional do estudante. São seus relevantes objetivos sociais e educacionais, em prol do estudante, que justificam o favorecimento econômico embutido na Lei do Estágio, isentando o tomador de serviços, participe da realização de tais objetivos, dos custos de uma relação formal de emprego. Em face, pois, da nobre causa da existência do estágio e de sua nobre destinação – e como meio de incentivar esse mecanismo de trabalho tido como educativo - , a ordem jurídica suprimiu a configuração e efeitos justralhistas a essa relação de trabalho lato sensu. (DELGADO, 2002, p.317)

A questão central é que, à medida que o estágio não favoreça a complementação profissional acima descrita, ele passa a ser uma fraudulenta forma de utilização da força de trabalho juvenil menos onerosa para o capital e a relação jurídica passa a configurar-se como uma relação de emprego. Podemos observar também que alguns dos entrevistados já têm acumuladas mais de três experiências de estágio, trabalham somente em estágios já há alguns anos e se encontram com idade entre 23 e 28 anos, o que indica que o estágio tem sido a alternativa de sobrevivência para uma importante parcela da juventude.

Nesse caso, configura-se uma forma de precarização do trabalho que sequer pode ser combatida pelos estagiários pois, conforme consta no art.4º da Lei 6494/77: “*O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza e o estagiário poderá receber bolsa, ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, portanto, nenhuma forma de associação entre estagiários pode ser reconhecida para efeitos de negociação coletiva*”.

Certamente, não é por coincidência que essa situação se aproxime muito do “programa” que Margaret Thatcher expressava em 1979: a livre negociação entre patrões e empregados, as restrições à organização de classe (nesse caso elevado estatuto de impossibilidade), o Estado interferindo o mínimo possível nas relações salariais, etc. Enfim, um quadro onde a *igualdade passa a ser uma verdadeira miragem*.

¹³ DELGADO, Maurício Godinho: **Curso de Direito do Trabalho**. São Paulo. LTR, 2002. p. 137.

9.3 A Precarização do trabalho juvenil promovida pelo Estado. Análise sobre as diretrizes internacionais e as medidas governamentais em curso

A discussão sobre a incorporação da força de trabalho jovem tem sido preocupação não somente dos que lutam por uma sociedade fora do jugo do capital. Os organismos internacionais do lado do capital também têm apresentado essa preocupação, obviamente em uma perspectiva oposta, de contenção das demandas e incorporação precária.

Na Declaração do Milênio da Organização das Nações Unidas (ONU), parágrafo 20: *para desenvolver e implementar estratégias que possibilitem aos jovens em todo o mundo oportunidades reais de trabalho decente e produtivo*¹⁴ encontram-se diversas passagens que se referem ao tema. A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em conjunto com o Banco Mundial e a ONU, em 1º de junho de 2003, lançaram as diretrizes para a implementação do programa *Rede de Emprego de Jovens*, que em sua apresentação traz as seguintes considerações:

Rede de Emprego de Jovens (Youth Employment Network - YEN) foi criada no contexto da Declaração do Milênio, na qual Chefes de Estado e de Governo decidiram "desenvolver e implementar estratégias que dêem aos jovens em todo o mundo uma oportunidade real de encontrar trabalho decente e produtivo".

O emprego de jovens tanto é uma parte integrante da Declaração do Milênio, como uma contribuição-chave à realização das Metas do Milênio, inclusive aquelas relativas à redução da pobreza.

O emprego de jovens é crucial para a proposta mais ampla de emprego e combate à pobreza. Esta é uma parceria entre as Nações Unidas, o Banco Mundial e a OIT, sendo que a OIT sedia a Secretaria Executiva, para reunir líderes da indústria, dos jovens, representantes da sociedade civil e formuladores de políticas, visando explorar abordagens criativas para os desafios do desemprego de jovens.

(www.oitbrasil.org.br)

Apesar da simpática terminologia, característica dos documentos internacionais, as vagas diretrizes apontadas, quais sejam: *1. Confirmar o comprometimento do mais alto nível de Governo com o trabalho decente e produtivo para jovens; 2. Preparar uma pesquisa nacional e um plano de ação para o emprego de jovens; 3. Contribuir para desenvolvimento da cooperação internacional ao intercambiar experiências nacionais com outros países e*

¹⁴ www.oitbrasil.org.br

com a comunidade internacional; e 4. Contribuir para a discussão de uma estratégia internacional coerente e integrada sobre emprego no âmbito da Assembleia Geral das Nações Unidas e da OIT, quando postas em prática, nos revelam seu real e perverso conteúdo. O caso da França, novamente, é ilustrativo.

No Brasil, o relatório Tendências Globais de Empregos para Jovens, também elaborado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), explicita a gravidade do nosso quadro. De acordo com o documento, o desemprego entre jovens de 15 a 24 anos no mundo cresceu de 11,7%, em 1993, para 14,4%, em 2003, atingindo 88 milhões de pessoas. No Brasil, o desemprego registrado nos últimos dez anos entre a juventude situou-se em 17%, praticamente o dobro da taxa geral de 9% do início da última década.

De acordo com o IBGE, há 34 milhões de jovens no País com idade entre 15 e 24 anos. Metade está fora da escola, 66% não concluíram o Ensino Médio, 1,2 milhão são analfabetos e em torno de 11 mil estão em regime de restrição de liberdade em instituições socioeducativas.

Temos diversos projetos sendo implementados em escala nacional e pelos governos estaduais. Do ponto de vista nacional, além de fazer parte da *Rede de Emprego de Jovens*, estão sendo implementadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego ações orientadas pelo *Programa Nacional do Primeiro Emprego (PNPE)*¹⁵. Incentivo ao cumprimento à Lei do Aprendiz, que prevê qualificação do jovem trabalhador no local de trabalho, e o projeto Jovem Empreendedor, que incentiva que os jovens “montem seu próprio negócio”.

A primeira crítica a ser apresentada com relação ao PNPE é que se trata de um contrasenso entre diagnóstico e ação (política pública). O governo identifica o crescimento do desemprego na juventude. Porém, ao implementar o programa, aposta em uma via de negociação com a iniciativa privada, principal interessada no barateamento da força de trabalho, e pior, cobre, com dinheiro público, metade da “bolsa-auxílio” para o jovem. Ou seja, a sociedade financia a possibilidade de um empresário pagar pouco mais de R\$ 100,00 pelo trabalho realizado por um jovem trabalhador.

De acordo com Marluse Castro Maciel, coordenadora do Estado do Programa Nacional Primeiro Emprego em São Paulo, as empresas podem escolher entre o Selo Empresa Parceira do PNPE ou a subvenção econômica. Esta última opção trata-se de um incentivo fiscal do governo de R\$ 1.500 por ano referente a cada jovem

¹⁵ www.mte.gov.br

contratado. O pagamento é realizado por transferências bimestrais, ou seja, seis parcelas de R\$ 250. (www.mte.gov.br)

Reafirma-se a lógica de produção de desigualdades sociais e criação de desemprego à medida que um aumento da demanda de mão-de-obra permite ao empresário baratear seus custos, passando uma parte dos custos de manutenção para o Estado. A qualificação da força de trabalho também fica por conta do Estado, através de cursos e convênios. O mais triste é que estatísticas são usadas de forma demagógica para inflar ações governamentais e esconder o real quadro. Somado à política econômica de privilégios às grandes corporações, em especial os bancos (campeões em recordes de lucros), produz-se ainda mais desigualdade e desagregação social. Nesse caso, só há três opções aos jovens provenientes das classes que vivem do seu próprio trabalho: o desemprego crônico e estrutural, o trabalho precário ou a vida no crime. Na prática, as “abordagens criativas para o desemprego dos jovens” indicadas pela ONU, OIT e Banco Mundial no Brasil só têm gerado mais desigualdades sociais.

Sobre essas bases materiais se explica, também, o crescimento do crime organizado em nosso país (e os últimos acontecimentos na cidade de São Paulo).

9.4 Notas sobre o caso de São Paulo

Fazemos aqui um aparte com relação à situação da região metropolitana de São Paulo, devido à sua importância econômica, política e social para o país.

O governo estadual de São Paulo, através de sua Secretaria do Emprego e Relações de Trabalho, implementa um programa chamado *Programa Jovem Cidadão: meu primeiro trabalho*. Esse instrumento não foge à regra do PNPE. De cariz, claramente neoliberal, ainda traz elementos mais perversos: prioriza a ação com a iniciativa privada textualmente¹⁶, oferece uma “bolsa-auxílio” ínfima de R\$ 130,00 e remete ao estado a responsabilidade sobre acidentes de trabalho. Em sua apresentação os responsáveis pelo programa declaram:

Proporcionar aos estudantes da rede pública estadual do ensino médio, com idade entre 16 e 21 anos de idade, a primeira oportunidade de trabalho por meio de aprendizado e prática profissional, preparando-os para o exercício da cidadania, é o objetivo do Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho, instituído pelo governo do Estado de São Paulo pelo decreto nº. 44.860, de 27 de abril de 2000, em parceria com a iniciativa privada.

O valor da bolsa-estágio é de R\$ 130,00, dividido entre o Governo do Estado e a empresa contratante. É do governo a responsabilidade pela concessão de seguro de acidentes pessoais e de vida aos estagiários, e da empresa contratante, o fornecimento de vale-transporte, se necessário.

O programa é destinado ao estudante sem experiência formal de trabalho e preferencialmente aos socialmente mais vulneráveis: pertencentes a famílias chefiadas pelo candidato ou por mulher; que tenham maior idade; e os inseridos em famílias com maior número de pessoas dependentes (menores de 16 anos) ou desempregadas. Das vagas disponíveis de estágio, 10% devem destinar-se aos estudantes que participam ou tenham participado de projetos sociais e/ou programas educacionais voltados para prevenção ou recuperação de jovens em situação de risco social e individual.

(www.meuprimeirotrabalho.sp.gov.br)

Ao analisarmos o balanço divulgado pelo Governo estadual chegamos a conclusões ainda mais alarmantes. Segundo os dados apresentados entre 2000 e 2002 foram ofertadas 15.419 vagas de estágio e candidataram-se 230.794 estudantes da rede pública estadual de

¹⁶ “...Aos jovens é oferecida a oportunidade de estágio, **preferencialmente em empresas privadas**, por um período de seis meses, podendo ser prorrogado pelo mesmo período, com jornada diária de quatro horas, durante cinco dias da semana...” . (<http://www.meuprimeirotrabalho.sp.gov.br>)

ensino médio, representando uma média de 15 candidatos por vaga, sendo de 16,9, no primeiro período, e de 11,7, no segundo. Uma média de 3,4 vagas oferecidas por empresa.

Um contingente gigantesco de desempregados – demanda de força de trabalho subaproveitada – sendo incorporado de forma absolutamente precária abaixo de qualquer “preço de mercado”, visto que custa aos empregadores R\$ 65,00 e o valor do vale-transporte, quando necessário. Do total de estagiários que passaram, ou ainda estão no programa, 47,6% foram contratados pelo Comércio; 38,5% pelos Serviços; 11,9% pela Indústria; 1,7% pela Construção Civil e 0,4% pela Agropecuária. Esse comportamento praticamente se repete no primeiro ano de vigência do programa e no período entre maio de 2001 e janeiro de 2002, dados que confirmam as tendências globais apontadas inicialmente.

Por último, o Governo do estado de São Paulo avalia¹⁷:

pelas pesquisas realizadas com os estagiários que haviam concluído há, no máximo, um mês o estágio. As informações mostraram que os estudantes com estágio concluído declararam-se altamente satisfeitos com as atividades que desenvolveram durante o período de aprendizagem proporcionado pelo estágio, atribuindo maior ênfase à experiência adquirida quanto a relacionamentos interpessoais, autoconfiança e capacidade de iniciativa e menor destaque à aquisição de conhecimentos específicos. As contribuições mais expressivas apontadas sugerem que o estágio estimulou mais o relacionamento humano no ambiente de trabalho com prováveis influências no crescimento individual, e menos aquisição de uma habilidade técnica específica.

A manipulação dos dados é evidente. Qualquer que seja o ambiente de convivência humana e, principalmente, o ambiente de trabalho traz uma “experiência quanto a relacionamentos interpessoais” ou autoconfiança. O que não aparece de forma explícita é que o fato dos estagiários identificarem “menos aquisição de habilidade técnica específica”, significa que o estágio enquanto processo de aprendizagem para o trabalho e complementação curricular não cumpriu o seu papel. Mais uma vez trazendo à tona a discussão trazida aqui. Os estágios têm servido, em sua grande maioria, à substituição de trabalhadores, outrora amparados por direitos sociais e dedicados a trabalhos menos complexos, por uma imensa maioria de jovens sujeitados a uma condição de completa ausência de direitos sob o falso argumento da aprendizagem e experiência laboral.

¹⁷ As pesquisas foram realizadas considerando-se três grupos de estagiários, segundo data de contratação: com 75 a 90 dias de estágio; com 165 a 180 dias de estágio; e jovens que haviam concluído o estágio há, no máximo, um mês. Em abril/01, foram enviados 1.082 questionários, com retorno de 922; e em agosto/01, 1.559 questionários, com retorno de 1.378. Para informações mais detalhadas ver: FUNDAÇÃO SEADE. Relatório III (junho de 2001) e IV (novembro de 2001). Avaliação do Programa Jovem Cidadão: Meu Primeiro Trabalho.

9.5 Identidade, consciência de classe e a nova “pedagogia” dos estágios

Conforme nos indicou Luckács em seu *História e Consciência de Classe*¹⁸:

“O conhecimento de si é, pois, para o proletariado, o conhecimento objetivo da essência da sociedade. Ao prosseguir suas finalidades de classe, o proletariado realiza, consciente e objetivamente, as finalidades da evolução da sociedade que, sem sua intervenção, continuariam, inevitavelmente, a não ser mais do que possibilidades abstratas, limites objetivos”. (LUCKÁCS, 1974, p.168)

Ao analisar os questionários pudemos identificar uma questão bastante recorrente: apesar de, legalmente, o trabalho do estagiário dever ter um caráter essencialmente formativo e de complementaridade com os currículos e atividades de ensino-aprendizagem, ao serem perguntados, todos os estagiários, das mais diferentes empresas, responderam que não há nenhuma diferença entre o seu trabalho e o dos funcionários do local. Ao mesmo tempo, não possuem qualquer forma de garantia de direitos, seja com relação à proteção do trabalhador, seja salarial. Também ao serem perguntados se na retirada de algum direito seu viam parceiros na empresa para lutar ao seu lado, unânime foi a resposta negativa.

Esta moldura, nos evidencia um cenário onde trabalhadores são separados de estagiários, com o argumento do caráter formativo do estágio, e estes já não vêem aqueles como membros de uma mesma classe social e, tampouco como parceiros de luta, pois a diferenciação operada nas empresas é tal que o estagiário enxerga como seu inimigo imediato o funcionário que tem garantias e direitos que ele não tem. A maioria dos entrevistados, respondeu que não se consideram partes da empresa, o que é um fato. Apenas um entrevistado respondeu que se considerava parte da empresa. O interessante é que também foi unânime a resposta positiva com relação à pergunta: O trabalho que você realiza é essencial para sua empresa? Evidenciando que, na verdade, muitas empresas já passam a depender do trabalho do estagiário, configurando uma relação absolutamente empregatícia, ainda que não reconhecida. Ou seja, utilizando-se de uma mão-de-obra barata e flexibilizada, com relação aos direitos, para manter o funcionamento da empresa e suas taxas de lucro. Além disso, identificamos em alguns dos questionários aplicados problemas contraditórios à própria concepção expressa na legislação que regulamenta os estágios, como, por exemplo, jornadas

¹⁸ LUCKÁCS, Györg. *História e Consciência de classe*. Porto: Publicações Escorpião, 1974.

de 8 horas, obviamente, incompatíveis com os estudos do estagiário. Sendo assim, aqui fazemos um convite a uma reflexão. A consciência de classe é um processo que se dá dinâmica e historicamente no enfrentamento às próprias condições vividas e, conseqüentemente, aos que determinam essas condições (a classe dominante), como é possível que haja alguma resistência à exploração do estagiário, mantida a sua identidade difusa?

Pois é justamente nesse ponto é que encontramos uma profunda similaridade entre o processo ocorrido de modificação do caráter dos estágios e a reestruturação ocorrida no mundo do trabalho como um todo.

Conforme identificávamos antes, não só a “profissão” de estagiário é difusa, mas o trabalho como um todo cada vez mais assume uma forma multifacetada. E também assim se apresentam suas formas de resistência à exploração do capital e de luta por seus direitos e projetos societários. O surgimento do movimento antiglobalização, a resistência à sociedade involucral e seus aspectos destrutivos do meio ambiente e das forças produtivas, a luta contra as opressões de gênero, etnia, orientação sexual entre outras, hoje, também compõem elementos importantes para a construção de um novo padrão civilizatório *para além do capital*.

À medida que o estágio não é reconhecido (legalmente) como um emprego, a única função social que podemos identificar como justificativa do crescimento deste setor (incrementado pelo Estado) é o que resolvemos chamar de *Pedagogia da Precarização*. Um processo de adaptação ao novo padrão de inserção ocupacional dos jovens inaugurado pela reestruturação produtiva e pelas políticas neoliberais. Evidentemente esse processo não se dá sem contradições.

Ao longo do trabalho, tivemos contato com um grupo de estagiários do Trensurb de Porto Alegre que está organizando uma associação para tentar lutar contra a situação que aqui tentamos desvelar. Esperamos que experiências como a deles possa abrir um caminho para superar a fragmentação instaurada em meio a esse importante extrato de trabalhadores jovens e de, uma vez por todas, superar a separação entre a educação e trabalho e o trabalhador e seu produto.

10. Conclusão

Durante o período de pesquisa, tivemos acesso a diversos materiais, tanto teóricos como dados, resoluções, leis, recortes de jornais, revistas, entrevistas... Porém um, em especial, nos chamou muita atenção. Trata-se de uma espécie de manual para o jovem aprender a procurar emprego, chama-se “Guia do emprego e estágio” produzido pela “Estação das Profissões” de Belo Horizonte, que entre outros parceiros de edição, a prefeitura local.

Esse “guia” traz entre os mais elocubrantos conselhos, análises da situação do mundo do trabalho e, especificamente uma delas, pode-se dizer que resume o espírito do manual. É assinada por *Monalisa Carla Villefort Ladeira*, Diretora Administrativa da Estação das Profissões:

O mundo do trabalho é muito dinâmico, mesmo empregado, você deve investir em novos conhecimentos e atualização para não ficar sem trabalho. Isto porque o antigo conceito de emprego estável não existe mais. Mudanças culturais profundas como a política globalizada, o contato freqüente com diferentes raças, línguas e culturas, o papel social da mulher que traz mudanças na estrutura familiar e a tecnologia, estão transformando o mundo do trabalho (...).

Neste contexto a palavra de ordem é adaptação [o grifo é nosso]. O principal é a capacidade de adaptação às mudanças e às exigências para ser empregável (...). Sua carreira é de sua responsabilidade, acabou o paternalismo empresarial. As empresas quando promovem treinamentos buscam assuntos que as interessam. Você também deve fazer o mesmo para se beneficiar. Não se acomode usando desculpas para si mesmo, tais como “estou sem tempo” ou “o dinheiro não dá”.

Nossa preocupação central com este trabalho, apesar de relacionar temas por vezes bastante ambiciosos, é bastante humilde. Trata-se de construir uma análise e uma alternativa totalmente oposta à Diretora da “Estação das Profissões”. Trata-se de, justamente, não se adaptar. Pois o que se tem evidenciado historicamente (no caso dos estágios não é diferente), é que a adaptação dos trabalhadores só tem permitido a intensificação da exploração capitalista.

A aceitação da necessidade apontada pela Diretora seja objetiva ou subjetivamente tende a piorar a situação dos jovens trabalhadores. A ideologia do individualismo de que “sua carreira é sua responsabilidade” etc. Só tem contribuído para que mais e mais jovens não se entendam como parte de uma mesma base objetiva, que vive problemas sociais parecidos, que

produz o real tal como ele se apresenta. Assim o movimento insaciável do capital pode se reproduzir contra e sem a consciência de quem o produz.

Nesse sentido, nosso trabalho procura alinhar-se ao lado dos que, a partir de uma análise criteriosa, concluem que é possível modificar essas relações tão perversas à humanidade e ao planeta e agem para tal. Acreditamos que o processo de aprendizagem se dá em situações-problema, ou seja, em termos sociais, somente à medida que o sujeito enfrenta-se com sua própria situação. É contra ela que toma conhecimento dela. Não de forma abstrata – de confrontações de cunho estritamente teórico – mas, ao contrário, na confrontação da idéia que tem de si com a objetividade. Sendo assim, entendemos que a produção sociológica não perde, mas ganha potencial heurístico, à medida que o que pesquisa age sobre a situação que analisa, no intuito de transformá-la. Assim agiram os jovens franceses citados aqui, mais recentemente os jovens chilenos em defesa de uma educação de qualidade e tantos outros, que, em seu tempo, não se adaptaram.

Buscamos localizar o problema da precarização do trabalho identificado de forma aparente nos estágios (pois burlam as próprias leis trabalhistas vigentes) num complexo mais amplo que evidencia uma tendência de mais ataques à parcela jovem da classe-que-vive-do-trabalho, assim como a contra-tendência identificada nela mesma, de forma dialética. Nosso esforço é a busca pela contextualização de um fenômeno. Queremos, com isso, ajudar na compreensão e, principalmente, na transformação da atual realidade.

O capitalismo, no atual estágio de crise estrutural (para manter os seus níveis de acumulação e reprodução) busca incessantemente precarizar, flexibilizar, desregulamentar, as relações de trabalho. Podemos afirmar que o trabalho do estagiário tem sido utilizado como uma das formas de burlar as leis trabalhistas, e, conseqüentemente, precarizar o trabalho e baratear os custos com a força de trabalho.

Isso fica evidente por três questões: em primeiro lugar, mesmo que não represente, ainda, a totalidade dos estágios, cada vez mais os estágios perdem o caráter de complementação curricular (a maioria dos entrevistados não vê relação alguma entre o estágio e o seu curso); em segundo lugar, e isso foi ponto comum entre todos os entrevistados, o estágio tem sido utilizado como substituição da força de trabalho formal (nenhum entrevistado apontou diferenças qualitativas entre o tipo de trabalho que realiza e o dos demais funcionários) e, por último, porque o estágio acaba se consolidando como a uma forma de sobrevivência dentre os 3,1 milhões de jovens que conseguem um trabalho e não como complementação curricular.

Essa precarização do trabalho se torna ainda mais violenta na juventude uma vez que esta é um dos setores mais vulneráveis da população economicamente ativa, seja pela falta de outras experiências de trabalho formal, seja pela falta de qualquer tipo de organização ou associação dos estagiários (o que impossibilita qualquer tipo de resistência ou luta organizada por melhores condições de trabalho).

Nesse aspecto, identificamos uma consequência ainda mais grave: o único papel “pedagógico” que o estágio passa a cumprir é o de acostumar a juventude, desde sua primeira experiência de trabalho, à precarização do trabalho.

11. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, Giovanni. (1997) *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho. Reestruturação Produtiva e crise do sindicalismo*. Boitempo, São Paulo.
- ANTUNES, Ricardo. (1995) *Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho*. Cortez/Unicamp, São Paulo.
- _____. (1999) *Os sentidos do trabalho: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. Boitempo, São Paulo.
- _____. (2005) *O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho*. Boitempo, São Paulo.
- ANTUNES, Ricardo e SILVA, Maria A. Moraes (orgs). (2004) *O avesso do trabalho*. Expressão Popular, São Paulo.
- ARCARY, Valério. (2004) O Capitalismo pode conhecer uma “morte natural”? In: *Revista Margem Esquerda*, n. 3. Boitempo, São Paulo.
- BERNARDO, João. (1977) *Marx crítico de Marx: Epistemologia, classes sociais e tecnologia*, volume I. Afrontamento, Porto.
- _____. (1987) *Capital, Sindicatos, Gestores*. Vértice, São Paulo.
- _____. (1991) *Economia dos conflitos sociais*. Cortez, São Paulo.
- _____. (2000) *Transnacionalização do capital e Fragmentação dos trabalhadores: Ainda há lugar para os sindicatos?* Boitempo, São Paulo.
- _____. (2004) *Democracia Totalitária. Teoria e prática da empresa soberana*. Cortez, São Paulo.
- CARDOSO, Adalberto Moreira. (2003) *A Década Neoliberal*. Boitempo, São Paulo.
- CHAUÍ, Marilena. (1999) *Convite à Filosofia*. Ática, São Paulo.
- CHESNAIS, François (org). (2005) *A Finança Mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, conseqüências*. Boitempo, São Paulo.
- DELGADO, Maurício Godinho (2002) *Curso de Direito do Trabalho*. LTR, São Paulo.
- DIEESE. (set.2005). *Juventude: Diversidade e desafios no mercado de trabalho metropolitano*. Disponível em: <dieese.org.br> (Acesso em 17 Out.. 2005)
- GENTILI, Pablo (org). (2001) *Universidades na Penumbra: neoliberalismo e reestruturação universitária*. Cortez, São Paulo.
- GORZ, André. (1980) *Crítica da divisão do trabalho*. Martins Fontes, São Paulo.
- _____. (1982) *Adeus ao proletariado*. Forense Universitária, Rio de Janeiro.
- HIRATA, Helena. (2002) *Nova divisão sexual do trabalho: um olhar voltado para a empresa e a sociedade*. Boitempo, São Paulo.
- LUCKÁCS, Györg. (1974) *História e Consciência de classe*. Publicações Escorpião, Porto.

MARX, Karl. (1983) *O Capital: Crítica da Economia Política, vol. I Tomo I*. Abril Cultural, São Paulo.

_____. (1984) *O Capital: Crítica da Economia Política, vol. I Tomo II*. Abril Cultural, São Paulo.

_____. (1985) *Capítulo VI inédito de O capital: resultados do processo de produção imediata*. Moraes, São Paulo.

MANNHEIM, Karl, *O problema da juventude na sociedade moderna*. BRITO, Sulamita de. (Org.) *Sociologia da Juventude*, Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MÉSZAROS, István. (2002) *Para Além do Capital*. Boitempo, São Paulo.

_____. (2003) *O Século XXI: Socialismo ou Barbárie?* Boitempo, São Paulo.

SILVER, Beverly. (2005) *As forças do trabalho. Movimento de trabalhadores e globalização desde 1870*. Boitempo, São Paulo.